

EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: UM RELATO AUTOBIOGRÁFICO¹

Antonio Lucas MARTINS²

Geórgia Maria Feitosa e PAIVA³

RESUMO

A educação do sistema prisional é, além de um direito do aprisionado, uma ação de políticas públicas que oportuniza mudanças de vida, pois retira muitos dos detentos em situações de risco e os traz de volta à sociedade com uma nova chance para alcançar novos objetivos e novas perspectivas de vida. Esta pesquisa teve por objetivo compreender, a partir da autobiografia, o impacto da educação no processo de ressocialização do sujeito preso. Para fundamentar este artigo, optei pelos estudos de Onofre e Julião (2013), Goffman (1963), da Silveira (2018), Neto (2014), Aquino (2019), entre outros, que discutem sobre os desafios do processo de ressocialização do preso e como a educação que pode contribuir para a transformação social. Neste texto, através da minha história, pretendo debater sobre os preconceitos e estigmas sofridos por pessoas que saíram ou ainda estão inseridas no sistema carcerário, mostrando o descaso do sistema em relação à ressocialização dos detentos, e, por isso, optei por realizar um estudo autobiográfico com foco na minha trajetória educacional dentro do sistema penitenciário e fora dele, e por esse motivo nos resultados deste trabalho, reflito sobre como as experiências da minha infância, juventude e idade adulta vividas nas periferias do interior cearense contribuíram para a constituição de minha identidade, e sobre como a educação no sistema prisional se tornou um divisor de águas na minha trajetória. Com este artigo, pretendo contribuir para que a sociedade veja que a educação alcança as pessoas em qualquer parte deste mundo, incluindo o sistema penitenciário desacreditado.

Palavras-chave: Autobiografia. Ressocialização. Educação no Sistema Prisional.

ABSTRACT

The education of the prison system is, in addition to a prisoner's right, a public policy action that enables changes in life, as it removes many of the detainees in risky situations and brings them back to society with a new chance to achieve new goals and new perspectives on life. This research aimed to understand, from the autobiography, the impact of education on the prisoner's resocialization process. To support this article, I opted for studies by Onofre and Julião (2013), Goffman (1963), da Silveira (2018), Neto (2014), Aquino (2019), among others, which discuss the challenges of the process of resocialization of the I value and how education can contribute to social transformation. In this text, through my story, I intend to discuss the prejudices and stigmas suffered by people who left or are still inserted in the prison system, showing the neglect of the system

¹ Artigo apresentado como requisito para obtenção do título de licenciado em Letras - Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

² Concluinte do curso de licenciatura em Letras - Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

³ Orientadora e professora do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

in relation to the resocialization of the detainees, and, therefore, I chose to carry out a study autobiographical with a focus on my educational trajectory within the penitentiary system and outside it, and for this reason in the results of this work, I reflect on how the experiences of my childhood, youth and adulthood lived in the outskirts of the interior of Ceará contributed to the constitution of my identity, and about how education in the prison system became a watershed in my career. With this article, I intend to contribute for society to see that education reaches people anywhere in this world, including the discredited penitentiary system.

Keywords: Autobiography. Resocialization. Education in the Prison System.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Quando abro a cada manhã a janela do meu quarto, é como se abrisse o mesmo livro, numa página nova.”

(Mario Quintana)

O presente trabalho expõe a minha trajetória de vida por meio de uma narrativa (auto)biográfica, tendo como principal ênfase a perspectiva histórico-educacional, pela qual a história de vida e formação se faz objeto de análise e reflexão da construção – e desconstrução – de pensamentos e atitudes que culminaram em uma nova perspectiva de vida, em que o “eu” como autor me constituo ao mesmo tempo pesquisador e objeto de uma escrita que testemunha as relações e transformações pessoais por meio da educação.

Para refletir sobre a minha caminhada desde o nascimento até os dias atuais, foi utilizada a metodologia autobiográfica, a qual investiga a história de minha vida e a minha formação docente como fonte de pesquisa científica. Além da investigação, a pesquisa autobiográfica é um relevante instrumento formativo, em razão do autoconhecimento reflexivo proporcionado a quem se submete a narrar sua própria história.

Com base na minha experiência de vida e nos estudos realizados, observei que existem leis para amparar os direitos das pessoas que cometem delitos, assim como direito à defesa, educação, trabalho e saúde, mas ainda falta amparo para a avaliação do seu cumprimento, se são executadas com êxito ou não, o que está nas mãos das autoridades competentes.

Vale ressaltar que são poucos os trabalhos autobiográficos sobre o respectivo tema, embora academicamente isso represente um tom original para este artigo, esta originalidade também se confunde com deslegitimação do lugar de fala de pessoas que

passaram ou estão na condição de detentos, o que reforça o preconceito e o estigma social sofrido por eles.

Entre os trabalhos autobiográficos escritos por detentos e ex-detentos, podemos destacar os trabalhos de Anderson de Oliveira Firmino (2022), intitulado “O ensino profissionalizante em unidades prisionais no segmento da beleza”, com o objetivo de relatar experiências no ensino profissionalizante em unidades prisionais no segmento da beleza. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa com orientação etnográfica. Para os registros das experiências como instrutor no segmento da beleza, o desenvolvimento foi realizado através de relato autobiográfico. Os resultados parciais indicam que a formação do profissional no segmento da beleza no sistema carcerário necessita de percurso formativo e orientação educacional para os egressos na ânsia de transformação de vidas através do novo ofício em espaços de beleza.

Vânia Medeiros, Verônica Veloso e Leticia Olivares (2022) da Universidade de São Paulo escreveram o trabalho “Que mulheres você é? Narrativas de si entre mulheres em situação de cárcere no âmbito do projeto ‘Mulheres possíveis’”. No texto, as autoras buscam refletir sobre os dispositivos narrativos desenvolvidos durante os Laboratórios de criação, no âmbito do projeto “Mulheres possíveis: corpo, gênero e encarceramento”. O trabalho foi realizado através de ações artístico-pedagógicas em diversas linguagens – teatro, performance, música, escrita e desenho –, com mulheres em situação de cárcere na Penitenciária Feminina da Capital (PFC), em São Paulo, desde 2016. A investigação delas teve como objetivo identificar de que maneiras essas práticas estimulam o desenvolvimento de narrativas de si entre as mulheres encarceradas e a contribuição destas no debate público sobre o encarceramento feminino no Brasil.

Também posso citar o trabalho “(Auto)biografia como fonte de investigação histórico educacional: de uma vida sem perspectivas ao Pedagogo em formação,” realizado por Jaime Fonseca de Miranda Neto (2014), o qual ele estabelece a relação existente entre educação e ressocialização, por meio da sua narrativa autobiográfica. No texto do autor, foi possível identificar a resistência de não se deixar reduzir à mera condição de detento e a importância que possui o outro que fez e faz parte desta história. Rematando ao final com o papel do curso de Pedagogia, da educação e da narrativa autobiográfica para a compreensão dos fatos vividos, como falta de estrutura familiar, influências das relações sociais, relevância da educação para o encarcerado e o alcance da caminhada até o presente momento, o aluno formando/em formação, consciente de sua eterna inconclusão, em busca de sua plena reintegração social.

Além deles, tomamos como base os estudos desenvolvidos por Ana Lúcia Nobre da Silveira (2018) sobre “Educação e sustentabilidade: um estudo sobre as práticas laborais sustentáveis com pessoas privadas de liberdade no maciço de Baturité/ce” e de José Leonardo da Silva de Aquino (2019) no qual ele fala sobre “O sistema penitenciário cearense e a banalização da prisão provisória”.

Segundo Da Silveira (2018), a educação prisional ainda caminha em passos lentos e sua abordagem ocorre de modo tímido nas discussões sobre diversidade, quando, na maioria das vezes, se prendem à cultura, gênero e relações etnicorraciais, desconsiderando assim outras faces da diversidade, como por exemplo, a necessidade de assegurar formações específicas e contínuas para os docentes atuantes no contexto prisional.

Entendendo a educação como uma ferramenta importante para a ressocialização, Aquino (2019) ressalta que a garantia da ressocialização e humanização defendida pelos reformadores do sistema para a implantação do regime de cárcere tornou-se algo quimérico e os encarcerados que conseguem romper as barreiras da exclusão social, os estigmas e preconceitos e mudar a sua trajetória de vida são considerados exceções. É o mesmo que encontrar ouro no garimpo.

Mais uma vez percebemos que a política sobre os direitos e deveres dos apenados está longe de ser uma realidade para essas pessoas, que logo irão retornar para a sociedade ainda mais desacreditadas que quando entraram dentro do sistema. De volta às ruas, eles estarão entregues à própria sorte e só o que veem são portas fechadas e falta de oportunidades, pois por falta de informações a sociedade não sabe da mudança deles.

Como os autores mencionam, e como posso perceber, a ausência de trabalhos nesta área decorre do pouco acesso de detentos ou ex-detentos ao universo acadêmico. Creio que a pesquisa realizada aqui despertará um novo olhar sobre a situação do sistema carcerário e aderir aos direitos humanos, tão banalizados na sociedade brasileira.

Tendo então observado esses trabalhos, busquei inspiração para fazer este relato baseado na minha experiência com a educação dentro de um sistema prisional cearense. Portanto, através da minha história, pretendo debater sobre os preconceitos e estigmas sofridos pelas pessoas que saíram ou ainda estão inseridas no sistema carcerário, mostrando o descaso do sistema em relação a ressocialização dos detentos. Para isso, optei por realizar um estudo autobiográfico com foco na minha trajetória educacional dentro do sistema penitenciário e fora dele. Assim, enquanto sujeito que vivenciou o contexto carcerário e ex aluno da oferta da educação em prisão, que oportunizou-me pleitear uma

vaga no ensino superior da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como aluno do curso de licenciatura em Letras, possibilitando ser atualmente professor da educação básica no Maciço de Baturité, assim, contribuindo para uma reflexão sobre a educação no sistema prisional e sua importância para a reintegração do sujeito na sociedade.

Com isso, este artigo subdivide-se em quatro tópicos: o primeiro versa sobre as políticas públicas educacionais para o sistema prisional e a educação no sistema prisional; o segundo trata sobre a imagem, identidade e estigma do ex-presidiário; o terceiro tópico discute sobre a importância dos estudos autobiográficos; e o quarto tópico apresenta um relato autobiográfico sobre o papel da educação no sistema penitenciário na vida do apenado, assim como foi o benefício na vida dessa pessoa.

As Políticas Públicas de educação no Sistema Prisional

O sistema prisional nacional é um dos principais setores carentes de políticas públicas, tendo em vista que, atualmente, a segurança pública assumiu o protagonismo nas discussões político-sociais. Entre os crimes mais frequentes estão aqueles praticados sem violência: crimes contra o patrimônio e crimes de uso e tráfico de drogas. De acordo com o Globo (2017), de 608.611 crimes presumidos ou consumados, 271.413 foram contra o patrimônio, 81.393 contra a pessoa, e 172.241 relativos às drogas. Infelizmente, o encarceramento no Brasil tem falhas na execução da pena privativa de liberdade. Entre os problemas enfrentados, o que nos chama a atenção é que 40% dos presos não foram condenados.

Segundo Moreira (2018), de 2000 até o ano de publicação do estudo, o percentual de presos provisórios têm crescido.

Os 40% atuais já foram 22% em 2003 e 35% em 2000. Os demais presos, que já foram sentenciados se dividem da seguinte maneira: 38% estão em regime fechado, 15% em semiaberto e 6% em regime aberto. A maior parcela identificada pelo levantamento de 2016, em relação ao tempo de pena, foi o de quatro a oito anos, com 31%. Em seguida aparece a pena de oito a 15 anos, com 23%, e de dois a quatro anos, com 16%, assim o Sistema poderia ter o objetivo de proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e ou, do internado, assim como do ex-presidiário, mas que são carências desse sistema, bem como de uma marginalização social desse segmento, que conta com a omissão ativa da sociedade como um todo.

Isso se confirma com a pesquisa de Andrade (2018), o qual menciona o Brasil como um dos países que mais prende no mundo. Entre os estados com maior taxa de

ocupação nas prisões estão Amazonas, Ceará, Pernambuco, Paraná e Alagoas, acarretando superlotação nos presídios, especialmente por homens jovens negros e presos provisoriamente.

Corroborando o panorama apresentado por Andrade (2018), Brasil et al. (2005) comentam sobre a defasagem sofrida no sistema prisional cearense, que na década de 1970 foi considerado um modelo, mas com o decorrer dos anos sofreu uma perda gradativa de eficiência com o aumento da população carcerária.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ - 2022), em relatório publicado em 2022, na triagem de presos são encontrados os primeiros problemas do sistema prisional. As condições de detenção no CTOC (Complexo de Triagem e Observação Criminológica) são bastante desumanas e as violações de direitos da pessoa privada de liberdade são recorrentes.

Com uma capacidade declarada de 376 vagas, no dia da inspeção realizada pela equipe de pesquisadores havia 644 pessoas presas, uma lotação de 171,3%. Em celas com 3 (três) leitos, foram observados 6 (seis) pessoas privadas de liberdade, em outras com 6 (seis) leitos, havia entre 15 e 20 indivíduos. De modo geral, as celas não contavam com quaisquer tipos de colchões providos pela administração penitenciária.

Foi observado que a eficiência na capacidade de registro de dados gerais é comprometida pelos casos recorrentes de pessoas privadas de liberdade indocumentadas ou sem informações de interesse. Verificou-se em parte dos estabelecimentos prisionais a existência de setor de biometria com a realização de identificação fotográfica e por voz e protocolos rígidos de controle de entradas e saídas, porém persistem diversos casos de pendências referentes ao RG e CPF, ou seja, um número desconhecido de pessoas privadas de liberdade está indocumentado civilmente. (Conselho Nacional de Justiça, 2022, p.32)

A falta de celeridade e políticas públicas voltadas para o sistema prisional brasileiro elevam o índice de marginalização da pessoa encarcerada, sendo necessárias ações integradas que venham reinserir o detento novamente na sociedade. Acredito que uma das áreas que merecem uma maior atenção é a educação. Investir em educação de qualidade dentro do sistema prisional, assim como no trabalho de oficinas, para que além de estarem com uma ocupação escolar e trabalhista, contribui para o mercado de trabalho e para a formação acadêmica quando os detentos deixarem o sistema.

A respeito da prisão provisória, é necessário que alguns conceitos sejam previamente conhecidos. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que, na esfera criminal, é possível que alguém seja preso cautelarmente, quando ainda não exista sentença condenatória transitada em julgado. Nesta hipótese, apesar de a pessoa ser

inocente – afinal, não foi condenada -, a restrição de sua liberdade é essencial para a defesa de interesses maiores, como a ordem pública na prisão preventiva. Por isso, fala-se em “cautela”, sinônimo de cuidado. Há algo a ser preservado e o único meio de proteção é a prisão desse indivíduo, intitulado preso provisório.

Na legislação, há três tipos de prisões cautelares: a prisão em flagrante, regulada nos artigos 301/310 do Código de Processo Penal (CPP), a prisão preventiva, prevista nos artigos 311/316, também do CPP, e a prisão temporária, da Lei 7.960/89. Assim, a Lei de Execução Penal (LEP) Nº - 7.210/1984, declina a assistência à educação como encargo ordinário da gestão penitenciária, bem como determina que, na arquitetura prisional, sejam designados espaços destinados à educação, trabalho, recreação e esporte.

Lei de Execuções Penais – Lei 7.210/1984

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será: I - Material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social;

Art. 17 a 21. Tratam da assistência educacional no sistema prisional, inclui a instrução escolar e a formação profissional.

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva. § 4º Serão instaladas salas de aulas destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante. (Incluído pela Lei nº 12.245, de 2010).

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).

Segundo o Ministério da Justiça, existe a Lei nº 10.172/2001, e nela, o Plano Nacional de Educação, com metas a serem cumpridas dentro dos sistemas prisionais e que são apoiadas pelas políticas públicas, com relação às políticas públicas na área da Educação, são estas as metas:

Lei nº 10.172/2001 do Plano Nacional de Educação

Meta 17. Implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional, contemplando para esta clientela as metas nº 5 e nº 14.

Meta 14. Expandir a oferta de programas de educação a distância na modalidade de educação de jovens e adultos, incentivando seu aproveitamento nos cursos presenciais.

Meta 5. Estabelecer programa nacional de fornecimento, pelo Ministério da Educação, de material didático-pedagógico, adequado à clientela, para os cursos em nível de ensino fundamental para jovens e adultos, de forma a incentivar a generalização das iniciativas mencionadas na meta anterior.³

³<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/arquivos/seminario-educacao-no-sistema-prisional>

Como pode-se perceber, o nosso país não está carente de leis sobre este tema, o problema está na execução delas, pois não basta prender o indivíduo, é preciso respeitar os seus direitos e contribuir para a sua ressocialização. A miséria está nas condições desse sujeito e na sua marginalização em relação ao sistema, que já não necessita totalmente de sua mão de obra. A exclusão social se refere à perda da identidade, à completa ausência do sentimento de pertencimento e de esperança de que as coisas possam se reverter, havendo assim apenas um “caminho” a seguir, que normalmente não tem volta. Esse cenário se confirma principalmente com pessoas que moram em periferias, onde o preconceito da sociedade se sobrepõe, levando à exclusão dessa população às oportunidades sociais e educacionais.

A descrença atinge principalmente as periferias e os negros, os quais, em situação de miséria e marginalização, se submetem a trabalhos precários em condições precárias, com salários que não subsidiam nem a sua mão de obra, ou seja, se submetem e aceitam uma inclusão indigna da condição de ser humano. A mídia tem um “grande papel” para o isolamento da classe periférica e negra, promovendo racismo e preconceito com esses povos menos favorecidos, pois para eles, transformando em alvos policiais que, na maioria das vezes colocam drogas nas bolsas, mochilas flagrantes para poderem prenderem e conseqüentemente vai lotando os presídios.

Não pretendo também aqui afirmar que os protagonistas da violência são sempre a população de menor renda, cujos atores protagonistas das ações de violência são indistintamente de classes sociais com baixo poder aquisitivo, como também a sociedade com alto poder aquisitivo, porém entre estas duas classes existe uma enorme barreira que se for para se deter alguém sempre será o da classe baixa, tendo em vista a diferença do poder aquisitivo de uma classe para outra, onde quem tem mais além dos privilégios que receberá quando são presos, logo saem, por que podem entrar com recursos e contrato de advogados melhores e eficientes, pagando uma fiança estipulada pela justiça, enquanto a outra classe sofre discriminações por parte da justiça e da sociedade, não tendo um bom advogado e nem dinheiro para pagar a fiança.

Enquanto os índices de reincidência criminal em 1994, o Censo Penitenciário Nacional apontou uma taxa de 34,4% de reincidência. O conceito utilizado foi o de reincidência penitenciária. A pesquisadora Lemgruber (1999) elaborou um estudo onde acompanhou homens e mulheres presas que representavam 5% do total de presos do

sistema prisional do Rio de Janeiro. A taxa de reincidência encontrada pela pesquisadora foi de 31,3%.

Em 2014, um relatório realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base em uma pesquisa quantitativa e qualitativa realizada em alguns municípios brasileiros, observou-se que cerca de 24,4% dos presos no sistema penitenciário brasileiro são reincidentes do sexo masculino com idades entre 18 e 29 anos e de cor parda.

Acredito que a precariedade e o descaso das políticas públicas contribuem fortemente para o retorno à criminalização, pois a desumanização dessas classes desfavorecidas sujeita jovens e adultos à luta pela sobrevivência e este, nem sempre é um caminho ético, especialmente para quem não teve oportunidade de ter uma formação ética. Assim, muitos jovens periféricos, como eu na época, iniciam sua trajetória na criminalidade em busca de algo que venha suprir as disparidades sociais.

Questionamos exclusivamente os órgãos de segurança pública e imputamos a eles toda solução para a alta da criminalidade. Sendo assim, poucos de nós nos questionamos sobre qual seria nossa parcela de culpa e de responsabilidade que nos atribui para esta visão distorcida em relação ao sistema prisional, então dessa forma fazemos um círculo sem fim que se resume na falta de oportunidade, gerando o aumento da criminalidade, seguida pelo cumprimento de pena, e voltando para a liberdade, só que com a falta de oportunidade para recomeçar tudo. Onofre e Julião (2013, p. 53) afirmam que:

A busca de respostas para essa questão se insere em discussão mais ampla uma vez que, nesse espaço, encontram-se duas lógicas opostas sobre o que significa o processo de reabilitação, ou seja, o princípio fundamental da educação que é, por essência, transformador, e a cultura prisional, caracterizada pela repressão, ordem e disciplina, que visa adaptar o indivíduo ao cárcere.

Se acreditamos no sistema de justiça, temos de também dar condições para que aquelas pessoas que cometeram um delito e pagaram sua dívida com a sociedade tendo portantoo direito a uma segunda chance.

Educação no sistema prisional

A segunda chance muitas vezes está na Educação. Assim como em qualquer outro ambiente, a educação no sistema prisional surge com o objetivo de contribuir com a formação e a ressocialização do preso. É na prisão, que muitos presos têm o primeiro contato com a escola ou lhes é despertada a vontade de estudar.

As ações educacionais são executadas diretamente pelos Estados e pelo Distrito Federal, com apoio e fomento do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Educação. As Secretarias Estaduais, Municipais e Distrital de Educação articulam a oferta educacional juntamente com as Secretarias Estaduais responsáveis pela Administração Penitenciária, ampliando as ações da rede pública de ensino para o sistema prisional brasileiro, onde eles terão como concluir seus estudos e possam dar andamento para uma faculdade e então seguirem uma carreira profissional. Para a Secretaria Nacional de Políticas Penais(s/a, online):

A educação é um direito de todos e tem um papel transformador na sociedade, o DEPEN tem focado no papel da escola pública e dos espaços educativos como estratégia fundamental de combate às desigualdades e promoção da equidade no sistema prisional brasileiro. É importante ressaltar que as pessoas privadas de liberdade mantêm a titularidade de seus direitos fundamentais, dentre eles à educação e todas devem ser alcançadas pelas políticas públicas idealizadas e implementadas pelos governos.

Embora os direitos estejam garantidos na lei, na prática, como apenado, percebo que há falta de interesse pela ressocialização dos privados de liberdade, especialmente para a execução dessas ações. A educação ainda resiste no sistema penitenciário, mas sem apoio para que os detentos possam dar seguimento aos estudos fora dos muros das prisões, pois alegam não terem agentes penitenciários suficientes e nem carros para fazer a escolta dos presos.

A educação em espaços de privação de liberdade apresenta-se como um fenômeno complexo, uma vez que o contexto prisional se revela singular, mas, ao mesmo tempo, semelhante a outros espaços educativos. Nele se cruzam e entrecruzam visões de mundo, de educação, de cultura, presentes na sociedade como um todo, adquirindo perspectivas peculiares da sociedade dos cativos (SYKES, 1999). Conhecer as rotinas e as relações de poder a que estão subjugados nessa sociedade e identificar os efeitos da cultura prisional sobre todos aqueles que transitam no ambiente prisional se constitui em ponto de partida para a construção de políticas públicas que se efetivem com algum sucesso. (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p.54)

Temos que encontrar formas de lidar com esta violência, promovendo palestras que possam diminuir esses prejuízos sociais e que sejam essenciais na luta pela construção de uma sociedade justa, principalmente quando assistimos á sociedade, desprotegida e insegura com o aumento de homicídios, sequestros, roubos e da violência em geral.

Apoiar atos violentos, acreditando que somente com a ideia de repressão e ampliação do número de instituições prisionais é que terão ordem e paz social, não é por este caminho que devemos seguir, mas por investimentos em educação, oficinas e outros tipos ocupação que possa novamente abraçar e valorizar essa população excluída, para que assim com credibilidade possam ser inseridos novamente na sociedade. Cunha (2010,

p.160) afirma que:

Nesse sentido, repensar a conduta das instituições penais que se propõem a recuperar, reeducando seus internos e suas internas, é de fundamental importância, já que somente com oportunidades concretas de reinserção social, enquanto sujeitos de direitos, é que será possível a cada um deles construir novos caminhos.

Vemos muitas notícias de detentos voltando a estudar, tendo pena reduzida por leitura ou ingresso em instituição de ensino formal e até mesmo no ensino superior, ou ainda a obtenção de vagas de trabalho por indivíduos apenados, a progressão do regime de cumprimento de pena, pelo regular desempenho dessas atividades. Vejo essas notícias com bastante otimismo, no entanto, o preconceito disseminado leva os “cidadãos de bem” a nutrir desconforto e desconfiança quando sabem que precisam partilhar dos mesmos espaços, uma vez que é instaurada na nossa sociedade a ideia de que a pessoa que está ou esteve em cárcere esteja associada a barbárie, degradação e desrespeito. Sobre a caracterização do estigma do preso, discutirei no próximo tópico.

O estigma do preso e ex-presidiário: os desafios para a ressocialização

A diferença entre o mundo livre e o mundo prisional torna questionável a função da estrutura prisional, uma vez que os valores e a rotina do recluso no estabelecimento penitenciário são completamente diferentes dos da sociedade liberta. A discrepância existente entre esses dois mundos dificulta a adaptação do recluso em sua reinserção ao mundo liberto. (BARRETO, 2006, p.586)

As dificuldades que enfrenta um ex-presidiário depois que sai de um longo período de privação de liberdade são desanimadoras para qualquer indivíduo, pois muitas portas são fechadas e pedidos de ajuda negados.

O indivíduo já sai marcado pelas agressões sofridas no sistema tanto pelos agentes da lei como também pelos outros presos. Essas feridas estão impregnadas em sua alma e tudo que vem da sociedade os fazem sofrer mais ainda, pois estão afetados psicologicamente. Perdem a essência de “ser” humano, sua identidade e sua cultura. Não se trata de um retorno, mas um novo começo.

Aqueles que conseguem se adaptar aos sofrimentos dentro das cadeias voltam fortes e conseguem suportar e absorver os preconceitos aplicados pela sociedade que desconhece o sofrimento vivenciado. Aqueles que não conseguem, retornam reincidindo delitos.

Quando a pessoa está dentro do sistema prisional tudo que ele tinha lá fora se

perde e essa pessoa tem que se adaptar a lei do crime que existe dentro do sistema ou então sofrer graves consequências, que vem dos agentes prisionais ou dos próprios parceiros de cela. Os presos perdem suas vidas sociais que um dia tiveram lá fora, sua religião, cultura e identidade, a exemplo temos o de que passam a ser chamado pelo nome da localidade em que se vivia, por exemplo: se o preso mora em Pacoti, passa a ser chamado de “Pacoti” e não mais por seu nome de registro, pode ser Chico ou Zé.

Apesar do sistema afirmar que existem direitos e deveres para os privados de liberdade e que todos são tratados humanamente, existe uma fantasia nesta ideia, pois assim que se adentram os muros dos presídios, os sujeitos deixam de existir para a sociedade. Não são mais cidadãos normais. A posse de seus documentos e direitos são restritas, a começar pelo cancelamento do título de eleitor.

Segundo Goffman (1963, p.13),

O termo estigma é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso.

Nesta perspectiva, Goffman aponta para a objetividade da classificação das diferenças, que podem ser intensificadas pelas relações sociais, econômicas, culturais, históricas, étnicas, políticas e religiosas. Como podemos ver nos tópicos anteriores, o perfil dos apenados brasileiros parece indicar que há grande relação entre a cor e a situação social a qual eles se encontram. Deste modo, nascer preto ou pardo, numa zona periférica, ter pouca ou nenhuma oportunidade de educação reafirma o estigma e predispõe ao preconceito.

Mais recentemente, ao estudar o estigma na criminologia, Bacila (2015) indica que ele assume duas dimensões, uma objetiva e uma subjetiva. A dimensão objetiva concentra a aspectualização física e a subjetiva diz respeito aos atributos a ela associados. Por exemplo, o uso de tornozeleira eletrônica, excesso de tatuagens associadas a um homem jovem e negro gera medo, receio pela interação, insegurança. Sendo assim, essa pessoa dificilmente poderá ser considerada por outra como confiável, por exemplo.

Talvez por isso, a lei parece ser mais branda para brancos e ricos e mais severa para negros e pobres, sendo as pessoas excluídas as que mais são submetidas aos

tratamentos prisionais mais severos em relação aos brancos.

Segundo Redígolo (2012, p.87),

A figura do preso já carrega consigo uma série de representações, geralmente negativas. Estes dois fenômenos: a presença de unidades prisionais em locais nunca antes imaginados e a constatação da existência de uma organização com força política e econômica dentro das penitenciárias com forte influência fora delas, contribuíram para o fortalecimento do estigma do presidiário e de todos que se relacionam com ele.

Sobre isso, Goffman (1967) comenta sobre a expansão do estigma para aqueles que convivem com o estigmatizado. Deste modo, a esposa e os filhos deixam também de ser indivíduos únicos para serem familiares do preso. Assim, a exclusão social pode contribuir fortemente para a reincidência, como se o preso e sua família estivessem condenados à má sorte.

O indivíduo carrega um estigma que o afasta da sociedade em geral e pode levá-lo a desenvolver outros tipos de socialização com os estigmatizados como ele. Tendo em vista que, sendo caracterizado pelo “mundo do crime” o indivíduo dificilmente consegue se reinserir totalmente no “mundo do trabalho”. Esta prática acaba sendo marcada por um certo tipo de afirmação preconceituosa de que o indivíduo nasceu no crime e vai morrer no crime e está destinado a viver no crime, e assim acaba contaminando todos a sua volta, principalmente filhos, pais e cônjuges. (REDÍGOLO, 2012, p. 89)

O que se percebe é que muitas das vezes a sociedade além de julgar e condenar o preso ou ex-preso, também se dão ao direito de julgar os familiares dos detentos como se a família fosse culpada pelo erro cometido pelo indivíduo. Então, além de excluir o detento socialmente, exclui também toda a família dele.

Para mais, percebemos que no Brasil o sistema prisional está em colapso: superlotação, rebeliões, falta de estrutura física, condições desumanas, déficit de funcionários e o mínimo de investimento e políticas públicas para transformar esta realidade e amenizar os conflitos que este sistema vem vivenciando.

Com base no exposto, é possível castigar, causar sofrimento, fazendo com que o castigo sirva de exemplo aos homens para que não pratiquem crimes e ao mesmo tempo, preparar aquele que infringiu a lei para a vida em sociedade, para que ele retorne à sociedade recuperado. E este é um desafio que não depende apenas do preso ou do sistema prisional, pois a forma como a sociedade estigmatiza o ex-presidiário ou até dos que estão ainda encarcerados, corroborando assim para a importância de efetivação de programas que promovam a inclusão social dos ex-presidiários na sociedade livre. O processo de

reintegração à sociedade é um processo lento, doloroso e angustiante, mas com apoio da sociedade e do governo se tornaria mais fácil.

Metodologia: a pesquisa autobiográfica

Este trabalho partiu da leitura de artigos publicados por pessoas especialistas no assunto e um relato sobre a minha experiência no sistema prisional. Priorizo destacar os principais pontos característicos de uma possível falha do sistema em auxiliar os detentos que queiram seguir em frente com sua trajetória estudantil, assim como relatar os benefícios do ensino para eles, levando essa pesquisa até as casas de seus familiares, no próprio sistema prisional.

Mapeamentos já realizados sobre a pesquisa (auto)biográfica no Brasil (BUENO et al, 2006; SOUZA et al, 2008; STEPANHOU, 2008; SOUZA; MIGNOT, 2015) atestam o rastreamento, desde o ano de 1985 até 2015, dos diferentes contornos e formas que a pesquisa (auto)biográfica vem assumido, bem como de suas contribuições para a formação de professores, para os estudos sobre a história da profissão docente, das instituições escolares, as histórias de educadores(as), as histórias institucionais e individuais, face à produção e socialização de conhecimentos possibilitados pela memória, por experiências e narrativas. (MORAES, SOUZA, 2016, p.10)

A pesquisa autobiográfica pode ser caracterizada como uma pesquisa qualitativa que vem ganhando grande importância no cenário educacional. Nela, a percepção, a emoção e a história do sujeito que a conta/escreve está entrelaçada ao contexto desta história, que pode coincidir com outras tantas, é o caso da minha realidade como a dos autores que mencionarei a seguir.

A autobiografia escrita por Jaime Neto (2014) relata sua trajetória de vida desde a infância até o tempo atual de seu relato, mencionando sobre as dificuldades e sua superação para vencer mesmo diante das dificuldades que se levantaram contra ele. O texto relata também sobre escolaridade, acesso à escolarização, cor de pele, crimes mais cometidos, tempo médio de cumprimento de pena, faixa etária e local de residência, além de dados sobre vestibulares aplicados nos presídios e seus resultados, pois como diria Paulo Freire:

o homem existe – no tempo. Está dentro. Está fora. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não está preso a um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga, emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se (1997, p. 40-41)

Para esta pesquisa, embasei-me em diversos autores que discutem sobre questões relacionadas à educação no sistema prisional, entre eles podemos destacar os trabalhos de Elenice Maria Cammarosano Onofre (2013) e Elionaldo Fernandes Julião (2013). Os autores refletem sobre a educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade e enfatizam a necessidade de concretização de políticas públicas que concebam a educação como

direito humano, investigando em suas dimensões escolares e não escolares. Para Onofre (2013) e Julião (2013):

Discutir políticas de inclusão em espaços de privação de liberdade nos leva a problematizar questões invisíveis no paradigma da segurança, característico desse espaço. Nesse sentido, o que se propõe é ver a educação na prisão pela perspectiva dos direitos humanos, porque ela constitui um valor em si mesma, um conjunto de ferramentas e de capacidades que ampliam as possibilidades de implementação de projetos que contribuam para a inclusão social, cultural e econômica das pessoas aprisionadas.

Ao discutir as políticas de inclusão por pessoas que estão por fora dos muros e que não estão privados de liberdade é muito mais simples e solucionável, tendo em vista que só tem noção da realidade que se passa dentro dos muros de um sistema prisional quem vive lá dentro, como comentam Onofre e Julião (2013, p. 52):

O Estado tem a responsabilidade de promover práticas de fortalecimento e controle de políticas públicas no sentido de que os direitos humanos básicos sejam garantidos, com igualdade para todos os indivíduos, incluindo-se aqueles que se encontram em privação de liberdade. Tais políticas devem estar evidenciadas no cotidiano prisional, fazendo-se dessa instituição um espaço educativo, e a educação é um dos eixos fundamentais desse processo. Pensar o universo da educação significa ir além do processo educativo institucionalizado, também denominado educação formal ou escolar, somando-se a ela as experiências educativas que ocorrem no cotidiano das pessoas, através do relacionamento com outras pessoas e com o seu ambiente.

Ressalto aqui que, concordo com Onofre (2013) e Julião (2013) quando eles falam que é de responsabilidade do Estado promover tais práticas para aqueles que são privados de liberdade, porém percebemos que essas práticas são poucas utilizadas dentro dos sistemas prisionais, e quando são, não tem a assistência necessária para dar continuidade a essas ações que são tão importantes para o reingresso dos detentos à sociedade.

Ao ler outros relatos autobiográficos, tive a convicção de que realmente é por esse viés que devo desenvolver o meu relato, tendo em vista que pela pouca propagação desses tipos de trabalhos, a população ainda é leiga sobre o assunto e se falando em questão de pessoas privadas de liberdade ou egressos do sistema prisional, deixar de falar sobre este tema contribui para a propagação do preconceito, do estigma e do medo em conviver com os presos e ex-presidiários. Portanto, este texto é um ato de legitimação do lugar de fala, uma estratégia para reeducar a sociedade para aceitar a mudança deles.

A minha história

Eu, Antônio Lucas Martins, nascido em Sítio Caititu de Baixo, no dia 26 de março de 1981, filho de José Valdeci Martins (já falecido) e Maria do Carmo Ferreira Martins, natural de Palmácia, tenho como irmãos André Ferreira Martins, José Vagner

Ferreira Martins e Antônia Viviane Ferreira Martins, todos nascidos em Pacoti, município do Ceará.

Sou filho de um pai, cuja descendência é indígena e uma mãe de origem negra, fazendo de mim um descendente de índios e escravos, o que me deixa bastante feliz, pois carrego no sangue e na cor duas importantes raças que são símbolos fortíssimos de resistência no Brasil e no mundo.

Ao iniciar minha história de vida, tenho buscado extrair de minhas lembranças o máximo de minhas memórias tudo o que tenho vivido e vivenciado até aqui, para que possa trazer para os leitores algo que compreendam e vejam como a educação pode mudar a vida de uma pessoa, mesmo que essa pessoa tenha ingressado por um caminho que para muitos não tenha volta, mas que para mim teve e vale a pena relatar essa vivência com todos. Minha história de vida me fez perceber que assim como precisamos uns dos outros, também precisamos ouvir a nós mesmos e que possamos trilhar nosso caminho sem dar ouvidos às opiniões que venha nos desmotivar e altere nosso modo de pensar.

A minha infância

Aos três anos de idade, minha mãe foi embora de casa levando consigo minha irmã mais nova, deixando eu e meus dois irmãos mais velhos com nosso pai, que em seguida nos deixou com nossa avó paterna, a partir de então começou minha trajetória de vida e mal sabia eu, que iria ingressar numa dura batalha contra o meu eu interior, pois desde pequeno fui absorvendo as opiniões dos outros ao invés de formar as minhas.

Eu era uma criança que ouvia muitas críticas desconstrutivas de minhas tias, e isso fez com que eu crescesse de um modo rebelde, mas sempre fui obediente à minha avó e ao meu pai. Comecei o estudo na localidade que nasci, onde estudei a 1ª série e a professora que se encarregou de me ensinar os primeiros passos para o ensino educacional foi Dona Alzira Gaspar junto com sua filha Raquel. Foi ali que aprendi não apenas a ler, mas também sobre valores. Depois fui para uma escola em Palmácia-Ce, a Escola José Ildefonso Campos, onde estudei todo o restante do 1º Grau, como era chamado o Ensino fundamental naquela época (anos 90).

Lá, fiz muitas amizades e muitas que duram até nos dias atuais. Na escola, sempre tive bom comportamento, quebrando a profecia que minha família fez quando era mais novo, porém não duraria muito tempo essa alegria em minha vida, pois como eu

carregava comigo aquele pensamento negativo que seria uma pessoa ruim, comecei então a trajetória para o lado errado com o início da minha adolescência. Apesar de tirar sempre notas boas nas avaliações, sempre gostava de brincar ao invés de estudar. E foi naquele momento que comecei o hábito de ingerir bebidas alcoólicas, mesmo antes de terminar o ensino fundamental.

Minha juventude

No 2º Grau (ensino médio) iniciei no mesmo município, na Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio. Nessa nova etapa eu já não estava tão atento aos estudos, apesar de ainda continuar com excelentes notas, gostava de sair com os amigos, gazear aulas para jogar ou beber com a turma e de paquerar as meninas. Estudei apenas quase 2 anos na escola, mas não conclui o estudo por causa que uma namorada que eu estava me relacionando ficou grávida. Então, aos 17 anos de idade, tive que interromper os estudos, pois minha namorada ficou grávida e tive que trabalhar e assumir a jovem junto com nosso filho.

Na época, fui viver com ela na casa de meu sogro, e com ele saía para trabalhar no serviço de calçamento nas estradas dos municípios. Com minha esposa, convivi durante 09 (nove) anos e tivemos mais 02 (dois) filhos, no total 03 (três), são eles: Luan, Ruan e Luana. Depois do nascimento da nossa filha, nosso relacionamento esfriou, porém, mesmo assim, continuamos juntos até maio de 2007.

Nesse período, fomos morar em Fortaleza e nessa cidade comecei de verdade a beber e a fumar também. Foi onde experimentei maconha, uma droga de teor alucinógeno, que não me deu prazer em usar e preferi o uso de cigarros comuns. Minha experiência com a maconha foi rápida e não chegou a durar nem sequer um ano.

O início da vida adulta

Passados 09 (nove) anos de relacionamento, fui embora da minha cidade natal para o município de Aracoiaba, onde conheci uma jovem por nome Silvelane Nunes de Oliveira. Começamos um relacionamento em junho de 2007 e tivemos uma filha, Erica Crhistine. Comecei a trabalhar na Fundação Fé y Alegria como servente de pedreiro na construção do prédio Sede da Fundação, nunca deixei o que havia acontecido

comigo embaixo dos panos, sempre procurei ser o mais sincero possível com todos. Em 2012, casamos e vivemos em comunhão até os dias atuais. Com Silvelane tudo tomou um novo rumo, uma nova vida, pois deixei os vícios e comecei a planejar coisas boas para meu futuro, onde incluía minha preparação para suportar o tempo recluso dentro do sistema prisional, sim, pois o período que passei esperando meu julgamento foi de reflexão e preparação emocional, física e psicológica.

O crime

Nunca pensei que falar de nossa própria vida fosse tão difícil e assustador, pois vamos revendo coisas que passamos e vivenciamos que gostaríamos de vivenciar novamente; e outras, de apagar. Esse relato é um dos pontos mais atordoantes de minha trajetória, pois é aqui onde eu desço ao fundo do poço. Na época em que me envolvi com o crime, foi um ponto muito crítico de minha vida. Pela falta de atenção da minha esposa, comecei a beber bebidas alcoólicas diariamente, nesse período, já me considerava um viciado em bebida. Mesmo trabalhando todos os dias, sempre sobrava tempo para as bebedeiras.

Andava em festas com meus colegas, e nelas, bebíamos e fumávamos. Nessa época, já não usava mais maconha. Eu não gostava de andar armado, mas um certo dia, apareceu um jovem com uma arma branca e eu a achei bastante atraente então negocieei ela com ele. Este foi o iceberg na minha vida e através dela, desci ao fundo do poço. Mas mesmo sem saber o que me aguardava, fiquei com ela.

No dia 16 de dezembro de 2006, fui para uma festa na localidade de Bonfim, Pacoti-Ce, relutei por três vezes em levar essa faca comigo, por que estava com um pensamento de que se levasse algo de ruim iria acontecer, acabei levando-a. Chegando na festa, antes que eu entrasse com minha esposa, tomei uma dose de dreher e em seguida fui ao banheiro. Na saída, coloquei a arma no telhado do banheiro. Porém, com medo de que alguém visse e a pegasse, resolvi entrar com ela no clube, coloquei-a na cintura.

Por volta de meia noite, ao entrar no clube, compramos um litro de dreher e ficamos perto do muro próximo ao palco. Tomei outras doses e fui novamente ao banheiro. Antes de sair, peguei a arma que estava no lado da cintura e coloquei atrás, nas minhas costas. Para que ninguém percebesse que eu estava armado, deixei a camisa desabotoada.

Ao sair do banheiro, enquanto caminhava para direção de onde eu estava, senti

três chutes em minhas costas. Ao virar, não vi ninguém. Ao girar o corpo, me deparei com três jovens na minha frente. Com instinto defensivo, logo pensei que poderia ser eles e fiquei alerta imaginando que se eles investissem contra mim, iam levar a pior. Coloquei minha mão nas costas segurando o cabo da minha arma e esperei. Um dos três avançou em minha direção dando um soco no ar para me atingir. Me esquivei de lado, e, em seguida, saquei a arma e girando o corpo, o lesionei sem ao menos olhar.

Foi tudo tão rápido, que no momento em que colocava a arma na bainha e olhava atentamente para o meu agressor e seus amigos, percebi que o tinha lesionado na altura do pescoço, pois o mesmo segurava-o e entre os seus dedos, saía bastante sangue. Foi nesse momento que me virei de costas e saí apressado dali, indo em direção onde estava minha esposa. Ao me aproximar dela, a chamei para ir embora do clube, pois estava acontecendo uma confusão.

Enquanto guiava minha esposa pelo meio das pessoas alvoroçadas pelo ocorrido, observei que os amigos dele o tinham retirado do clube. Percebi que tinha deixado um rastro de sangue pelo salão. Já na saída, o porteiro não queria deixar ninguém sair, mas o convenci e sai de lá. Fui para minha casa e no outro dia recebi a notícia de que o carro que socorria a vítima teria saído da estrada em uma curva, ficando dentro de um bananeiral até a chegada das autoridades policiais, onde o encontraram já morto.

Na segunda-feira, 20 de dezembro, às 9:00 horas da manhã fui surpreendido pela viatura policial, enquanto trabalhava jogando pedaços de madeiras na carroceria do caminhão para ser levados às padarias, em Maranguape-Ce. Eles disseram que teriam ido para onde eu estava por causa de uma denúncia anônima. Então, perguntaram-me se eu poderia acompanhá-los até a delegacia e prontamente concordei.

Na delegacia, falei tudo como aconteceu, na presença da delegada e de um advogado, assumindo assim, a minha responsabilidade no ato consumado. Saí de lá direto para a cadeia pública de Pacoti-Ce, onde fiquei recluso durante um mês. Depois de liberto, voltei para minha casa e chegando lá, percebi que já não era como antes. Foi então que o meu relacionamento com a mãe dos meus filhos entrou em conflito e acabamos por terminar um relacionamento que durava 09 anos.

Cinco meses depois de solto, fui para Aracoiaba-Ce, onde conheci minha atual esposa. Mudei para esse município e com ela casei conforme exige a lei. Durante o período que esperava o julgamento em liberdade, sempre subia à serra de Pacoti-Ce para dar depoimento na Comarca de lá. Em 2014 fui chamado para o julgamento diante do Juri Popular. A decisão do Juri lida pela Juíza daquela comarca foi de 12 anos de

detenção, iniciando por 02 anos em regime fechado. Voltei para casa com o aviso de que a qualquer momento seria chamado para dar início ao meu regime de privação de liberdade.

A perda da identidade no sistema prisional

Este episódio da minha vida foi uma verdadeira reviravolta, pois dentro do sistema prisional presenciei muitas coisas ruins e boas também. Vi pessoas entrarem e saírem, ficarem perturbadas da cabeça e fugirem. Vi o uso e o consumo de drogas e bebidas alcoólicas como se estivessem no lado de fora. Foram dias angustiantes, mas de meditação sobre a minha vida. Dentro do sistema prisional, fui apelidado por Aracoiaba, pois os presos perdem seus nomes naturais e adotam o nome que os agentes colocam ou os outros presos, como mencionou Barreto (2016). Como eu morava em Aracoiaba, meu nome ficou sendo o município que resido.

Quando se entra dentro do sistema, sua identidade é mudada, podemos dizer que perdemos parte de nossa identidade e nos tornamos apenas presos, detentos, Chicos, Zés ou o nome do município em que se mora.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi observado que a eficiência na capacidade de registro de dados gerais é comprometida pelos casos recorrentes de pessoas privadas de liberdade indocumentadas ou sem informações de interesse. Verificou-se em parte dos estabelecimentos prisionais a existência de setor de biometria com a realização de identificação fotográfica e por voz e protocolos rígidos de controle de entradas e saídas, porém persistem diversos casos de pendências referentes ao RG e CPF, ou seja, um número desconhecido de pessoas privadas de liberdade está indocumentado civilmente.

Não tinha visita de outros familiares meus, apenas de minha esposa e filha. Meus parentes se recusavam a me ver, nunca entendi o motivo. Ou melhor, eu sabia, mas não queria entender, não sei. Dentro do sistema, quando não recebemos visitas de familiares e nem o apoio deles, podemos ficar depressivos por achar que estamos abandonados a própria sorte, estamos em um lugar sem liberdade, sem privacidade e absorvendo as críticas das autoridades, sociedades e de pessoas que estão próximas.

No sistema, o preso, nos dias de visitas, tem que se tornar um fantasma, pois se não recebe visita, não pode chegar perto das visitas dos outros presos, se não for solicitado. Caso isso aconteça, depois da visita será cobrado pelos outros presos devido

sua falta de educação e então sofrerá repreensão imposta pelos próprios detentos. É a “lei da cadeia” ou a “lei do cão” como costumam dizer os detentos. Ai daquele que descumprir essas leis.

O (re)encontro com a educação

Ao final do primeiro mês em que eu estava preso, o preso que trabalhava na cozinha da cadeia recebeu progressão em sua pena e saiu para o semiaberto deixando uma vaga na cozinha, e logo me candidatei para a vaga, pois o cozinheiro me informou que além de ganhar pelo trabalho, ganharia um mês de remissão por três trabalhado.

A Professora Catiane Oliveira através do CEJA Donaninha Arruda, escola situada em Baturité, que tinha como coordenadora Ana Lúcia Nobre, foi na cadeia perguntar se alguém de lá queria estudar durante o ano todo. Vi nesse instante que seria a oportunidade que eu precisava para restaurar minha vida. Logo de início, fiquei pensativo sobre como voltar a estudar. Então perguntei se seria bom estudar e a professora falou dos benefícios que eu poderia colher com o estudo dentro do sistema, como o certificado do ensino médio e a redução da pena pelo tempo de estudo conforme a Lei da Remição pelo estudo⁴.

Estudei dentro do sistema prisional (cadeia publica de Pacoti) durante o periodo de um ano, não tinha uma sala adequada para ficarmos durante as aulas, eram praticamente ao ar livre. Nossa “sala” era no patio onde tomávamos banho de sol, debaixo de uma área coberta, porém não tinha paredes e nem grades para separar a professora dos detentos, porém existia o respeito por ambas as parte, a Professora Catiane se desdobrava com os poucos livros que tinha para nos trazer um conteúdo de qualidade, pois o material didatico que tinha lá era material para alunos do Fundamental I e pouquíssimo do Fundamental II, mesmo com a falta de material didático a professora conseguiu fazer um ótimo trabalho e alfabetizar aqueles que não sabiam ler nem escrever, como o caso de um outro detento no qual não citarei o nome por questão de ética, ele não sabia ler e nem escrever e depois de uma temporada estudando no sistema aprendeu a ler e escrever saindo de lá conseguiu tirar navos documentos e fazer a tão sonhada habilitação, já no meu caso passar na prova do ENEM e ingressar em uma universidade federal.

⁴ A Lei da Remição pelo Estudo que teve origem em projeto de lei (PLS 265/2006) do então senador Cristovam Buarque, aprovado pelo Senado em junho de 2011. Ela determina que os condenados criminalmente em todo o Brasil têm o direito de descontar um dia de pena para cada 12 horas de frequência escolar. Fonte: Agência Senado

Naquela época, a professora Catiane, uma excelente profissional, foi bem importante na minha história, pois com domínio dos conteúdos ministrados, com as explicações sobre os conteúdos, ficou mais fácil de se aprender e guardar como ensinamento para desenvolver uma boa avaliação. E assim aconteceu. No final do ano, novamente, a Professora Catiane veio perguntar se eu queria fazer a prova do ENEM, porque com a nota, além do certificado, eu poderia entrar em uma faculdade, o que me deixou muito interessado, pois iria sair da penitenciária direto para uma faculdade. Assim, eu poderia fazer um curso superior, algo que estava longe de meu alcance e que agora poderia realizar esse sonho de infância. Fiz a prova do Enem e consegui excelentes notas.

Trabalhei na cozinha da cadeia de Pacoti-Ce durante um ano, quando cheguei lá o então cozinheiro estava de saída para o regime semi-aberto, então assumi o cargo na cozinha, pela manhã fazia o café da manhã e em seguida fazia o almoço, de tarde preparava o jantar. Nas horas vagas e para passar o tempo e aliviar a tensão fazíamos cordões com tiras de sacos e tecíamos redes para dormir, vender ou dar de presente para nossas visitas. Outros faziam cofres e abajus com palitos de picolés, patos e vasos com papéis cortados.

Com essa explicação, fiquei animado, pois além de ter a pena reduzida e assim sair antes do prazo, iria receber o certificado de ensino médio tão desejado, mas que por falta de tempo não me dedicava aos estudos quando estava em liberdade. Então esse novo encontro com a Educação mudaria minha vida totalmente. No começo entrei só pela remissão da pena, mas com o passar do tempo fui percebendo que eu fazia parte da educação assim como ela fazia parte de mim, foi um ano de dedicação aos estudos com o intuito de que seria a porta de mudança para uma pessoa que outrora só recebia tapas da sociedade e de seus familiares. Nos estudos eu iria mostrar para eles que cada um tem o seu direito de escolha e de que pode ser alguém melhor no futuro.

Quebrando o paradigma de que quem entra no sistema prisional sai pior de que quando entra lá, fui moldando e me reciclando através do saber para mudar minha situação e sair de lá uma nova pessoa.

A educação libertadora

O meu reencontro com a educação me trouxe muitos frutos bons desde o momento

em que entrei no sistema prisional. Inicialmente me deu oportunidade para voltar a ter o prazer e o amor de voltar a estudar, ler e me reencontrar comigo mesmo dentro de um sistema que a maioria do tempo é um caos. Senti o poder da educação libertadora abrindo as portas do horizonte para mim no instante em que minha Professora Catiane me convidou para estudar. Para Paulo Freire (1987), “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. E essa foi a educação que me libertou, tirando-me de lugar de oprimido e me colocando no lugar de Educador.

Saí do sistema prisional direto para uma universidade federal, mas não foi só flores a caminhada. Foi árdua e cheia de altos e baixos, pois quem deveria prestar toda a assistência ao detento que consegue ingresso para uma faculdade deveria ser das políticas públicas do governo, como a própria Secretaria de Justiça e do Governo do Estado, mas eles se mantêm a margem, só observando e não vão ao auxílio dos presos que desejam dar continuidade aos estudos. Isso é muito desmotivador, porém eu não desisti, estava confiante da vitória da educação em minha vida, que fui à luta com o apoio de minha esposa Silvelane Oliveira, minha Professora Catiane Oliveira e minha Coordenadora Ana Lúcia Nobre. Elas não mediram esforços para me matricularem na prova do Enem e, em seguida, depois de estar com o resultado da prova em mãos, minha esposa fez minha matrícula na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), onde fui aprovado.

Embora tenha sido aprovado, não comecei a estudar de imediato devido ainda estar cumprindo pena no sistema e mesmo fazendo um pedido para que eu pudesse ir estudar, a Secretaria de Justiça, mais uma vez, se negou ajudar alegando que não tinha agentes, nem transportes disponíveis para me escoltar até a faculdade. Então fui reprovado por faltas e notas, só que ao sair da cadeia, fui reativar a minha matrícula e recebi a notícia que estava desvinculado porque tinha passado um trimestre sem frequentar as aulas. Expliquei a situação e foi aberta uma sindicância para apurar os fatos. Com as provas em mãos, fui reintegrado e voltei a estudar.

Com minha entrada na faculdade começou então um novo desafio, esconder de onde estava vindo para estudar naquela instituição ou contar... Contei que estava vindo de um sistema prisional, onde estudei, fiz o exame nacional, passei e ingressei na faculdade para dar continuidade ao meu sonho que um dia estava quase apagado, ter uma formação superior. A turma que iniciei as aulas, assim como os professores, me aceitaram com carinho e respeito, porém não tocavam no assunto mesmo eu percebendo que tinham curiosidades. Eles respeitavam meu espaço, até quando, por determinação da justiça,

comecei a ser monitorado por uma tornozeleira eletrônica.

A tornozeleira eletrônica confirmava a dimensão objetiva do estigma (BACILA, 2015) do aprisionado gerando desconforto não apenas físico, mas principalmente social, pois, embora estivesse gozando dos meus direitos, eu era o diferente na sala de aula.

Assim, pessoas que não estavam no meu convívio pessoal, ficavam constrangidas com minha presença, pois sempre uso bermudas, na maioria das vezes, por ser uma roupa mais leve, então a tornozeleira que comecei a usar ficava exposta para que todos pudessem vê-la, e isso deixava as pessoas intrigadas, curiosas e até mesmo constrangidas.

Eu sentia isso quando chegava no ambiente em que se encontravam algumas turmas. Todos os olhares desciam para a tornozeleira e não conseguiam sustentar os olhos fixos nos meus olhos, por isso ficavam constrangidos quando viam que eu percebia os olhares. Outros mais corajosos vinham me perguntar coisas relacionadas a tornozeleira e até mesmo saber o que e como aconteceu. Nunca poupei respostas, eu respondo sempre e abertamente a todos. Por eu ser uma pessoa extrovertida e aberta não fico envergonhado com as perguntas ou comentários feitos.

Procuo sempre ser o mais esclarecedor possível para que eles não fiquem com dúvidas. As perguntas mais frequentes são em relação ao adereço que uso, se pode molhar, se tiro para recarregar e se incomoda. Eu explico tudo e eles ficam menos encabulados.

Apesar do desconforto, eu sou grato a todos da Unilab, começando pelos(as) funcionários da logística que tem uma proximidade comigo, meus professores(as), coordenadora e diretora do curso de Letras por me acolherem e apoiarem sem colocar dificuldades ou impor barreiras. Essas pessoas sempre procuram me auxiliar e utilizar das melhores maneiras para repassar e dividir seus conhecimentos comigo.

Depois de um tempo estudando na Unilab, consegui meu primeiro emprego como docente onde estou lecionando até os dias atuais. Em sala de aula, existe pelos alunos, curiosidades por parte da tornozeleira. Eles fazem muitas indagações e são respondidas com cautela para não chocar os mesmos. Fico feliz por ter o respeito e a confiança vinda por parte dos pais ou responsáveis dos adolescentes para comigo. A escola que me abriu as portas e acreditou em minha transformação, também acreditando que posso servir de inspiração para muitos jovens e adolescentes, assim como seus pais, foi a (ECAJ) EEIEF Capitão Antônio Joaquim, a qual sou muito grato.

Considerações finais

Considerando-se a relevância social do tema em estudo, esta pesquisa teve como pauta discutir sobre um assunto que ainda permanece como um tabu para a sociedade, a ressocialização das pessoas privadas de liberdade e sua inserção novamente na sociedade como pessoas mudadas e aptas a contribuir novamente com seus direitos e deveres como cidadãos de bem. Ressalto aqui, também, que a mudança está em cada indivíduo, tanto privado de liberdade ou não. Através da educação, o mundo se transforma para todos, abrindo horizontes e trazendo oportunidades.

A escolha do tema deveu-se a minha própria experiência como preso em regime semi-aberto no estado do Ceará. Partindo dela, optei por realizar uma pesquisa autobiográfica, cujo objetivo foi compreender sobre o impacto da educação no processo de ressocialização. Trata-se de um texto corajoso, escrito em primeira pessoa, pois falar das vivências nunca é fácil, principalmente de experiências dentro de um sistema em que tudo resvala em você, local onde se é rejeitado por todos e os direitos como cidadão ficam restritos.

Com o meu relato, espero incentivar os aprisionados e ex-detentos a estudarem, a buscarem ampliar suas formações, pois não existe condenação maior do que o estigma que vestimos. A educação que transforma nos deixa hábeis a voltar para o seio da sociedade com a cabeça erguida através de uma ressocialização eficaz, onde o preso possa competir no mercado de trabalho de igual para igual com qualquer cidadão comum.

Este trabalho também pretende contribuir com a reeducação da sociedade, para que entendam que através da educação, o detento está mudado e pronto para as oportunidades ofertadas. Para as pessoas marginalizadas, continuam sendo poucas porque a elas não se dá acesso. Uma vez que a sociedade não se conscientiza em acreditar que a educação pode provocar mudanças nos indivíduos que saíram de um sistema prisional, esses sujeitos terão grandes barreiras para enfrentar.

Por esse motivo, apresento este trabalho para que a sociedade veja que a educação alcança as pessoas em qualquer parte deste mundo, incluindo um sistema desacreditado fazendo com que os privados de liberdade possam realizar seus sonhos e voltar com a cabeça erguida para o mundo social.

Referências

- AQUINO, José Leonardo da Silva de. **O sistema penitenciário cearense e a banalização da prisão provisória**. 2019- Trabalho de Conclusão de Curso/ Licenciatura em Sociologia. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção/CE. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1619>. Acesso em 20 dez. 2022.
- BACILA, Carlos Roberto. **Criminologia e estigmas: um estudo sobre os preconceitos**. 2015.
- BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. . Depois das grades: um reflexo da cultura prisional em indivíduos libertos. **Psicologia: Ciência E Profissão**, (2006) 26(4)). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000400006>. Acesso em 11 nov de 2022.
- CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cadernos Cedes**, p. 157-178, 2010.
- DEPARTAMENTO, Penitenciário Nacional. **Educação no sistema prisional**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/arquivos/seminario-educacao-no-sistema-prisional>. Acesso em 18 nov de 2022.
- FIRMINO, Anderson de Oliveira. O ensino profissionalizante em unidades prisionais no segmento da beleza. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. In: **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 1983.
- FREIRE, Paulo, *Pedagogia do Oprimido*. [recurso digital] / Paulo Freire. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Paz e T
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.
- MOREIRA, Rômulo. A realidade do cárcere no Brasil em números. **Direito UNIFACS–Debate Virtual**, n. 220, 2018.
- NETO, Jaime Fonseca DE MIRANDA. **A (auto)biografia como fonte de investigação histórico educacional: de uma vida sem perspectivas ao Pedagogo em formação**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso/ Licenciatura em Pedagogia. Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/8356>. Acesso em 11 dez de 2022.
- ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 1, p. 51-69, 2013.
- PIRES, Armando de Azevedo Caldeira; GATTI, Thérèse Hofmann. A reinserção social de egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade. **Inclusão social**, v. 1, n. 2, 2006.
- REDÍGOLO, Natalia Carolina. Sistema Penitenciário e seus estigmas: o caso paulista. **Revista LEVS**, n. 9, 2012.
- RELATÓRIO DE INSPEÇÕES Estabelecimentos prisionais do ESTADO DO CEARÁ - 2022
- SILVEIRA, Ana Lucia Nobre. **Educação e Sustentabilidade: um estudo sobre as práticas laborais sustentáveis com pessoas privadas de liberdade no Maciço De Baturité/CE**. 2018. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)–Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção/CE. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1619>. Acesso em 20 dez. 2022.

TRIBUNAL de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Lei de Execuções Penais**. 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/lei-de-execucoes-penais>. Acesso em 13 de nov. de 2022.

VIEIRA, Thiago de Andrade. **Identidade de genero no sistema prisional brasileiro: à luz da dignidade da pessoa humana**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia. UniEvangélica. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/703>. Acesso em 15 dez. 2022.